

LABDOC identifica e digitaliza acervo documental de Itapecerica**Notícias**

Enviado por : admin

Enviado em: 25/11/2008 10:40:00

Projeto financiado pela FAPEMIG disponibilizará as informações e as imagens do acervo na internet. Um volume aproximado de 4000 documentos, entre inventários, testamentos e processos criminais produzidos no século XIX e início do XX que compõe o acervo do Fórum de Itapecerica, antiga Tamanduá, acaba de chegar no LABDOC. Após quase um ano de negociações envolvendo o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, o Fórum de Itapecerica e a Recall do Brasil, empresa que havia recolhido em depósito a documentação do poder judiciário de Minas Gerais, o acervo foi transferido para as dependências do LABDOC. No Laboratório os documentos serão higienizados, digitalizados e terão seu conteúdo descrito em bancos de dados. Para o sucesso do convênio de cooperação foi decisivo o apoio encontrado no TJMG nas pessoas de Bernardo Cambraia e Hebert Furtado, gestores do contrato com a Recall do Brasil e, no Fórum de Itapecerica, o apoio do Juiz Rodrigo Márcio de Sousa Rezende e do escrivão Marcos Aurélio.

A vila de Tamanduá (hoje Itapecerica), pertencia à comarca do Rio das Mortes cuja sede administrativa era a vila de São João del Rei. Era o centro de um vasto termo, dividido em quatro distritos que, na primeira metade do século XIX, incluíam um pouco mais de 30 arraiais, nos quais se espalhava uma população de aproximadamente 27.000 almas, segundo os dados que constam da sistematização feita por Raimundo José da Cunha Matos em 1837 na Corografia Histórica da Província de Minas Gerais. Era uma região de agricultura e criação de subsistência, com algum excedente comercializado nas vilas de Sabará, Pitangui e São João. A vila de Tamanduá contava então com uma população de pouco mais de 1300 almas. A vila surge, freqüentemente, na documentação da época como área de conflitos os mais diversos, como disputas entre juízes, às vezes envolvendo a Guarda Nacional e os pedestres, abaixo-assinados diversos de habitantes contra juízes de paz, queixando-se de injustiças praticadas e arbitrariedades, acusações recíprocas entre promotores, juízes de paz e municipais □ acusando facilitamento de fuga de presos etc. Esse acervo representa uma importante contribuição para as pesquisas históricas sobre a província de Minas Gerais e, certamente, será uma fonte para desenvolvimento de projetos no programa de mestrado em História.